

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-527-3

DOI 10.22533/at.ed.273200311

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura.. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 04 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO E POLÍTICA: UMA REVISÃO SOBRE PEDAGOGIA DEMOCRÁTICA

Wesley Pinto Hoffmann
Raquel Aparecida Loss
Claudineia Aparecida Queli Geraldi
Sumaya Ferreira Guedes
Juliana Maria de Paula

DOI 10.22533/at.ed.2732003111

CAPÍTULO 2..... 10

ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Isabela Einik
Márcia Adriana Dias Kraemer
Pamela Tais Clein Capelin

DOI 10.22533/at.ed.2732003112

CAPÍTULO 3..... 28

O GESTOR ESCOLAR E A EJA COMO DIREITO: IMPASSES COMO DESAFIOS DA FORMAÇÃO

Maria Angélica de Souza Felinto
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.2732003113

CAPÍTULO 4..... 42

O “HTPC VIRTUAL” COMO REDE COLABORATIVA DE APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE - TRANSPONDO DESAFIOS E CONSTRUINDO APRENDIZAGENS

Lucia Helena Carvalho Gonzalez
Jaqueline Cabral Alves Dornelas
Solange Cabral Alves
Raquel Caparroz Cicconi Ramos
Karen Keller
Ivan de Carvalho
Elisabeth dos Santos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.2732003114

CAPÍTULO 5..... 59

“A UNIVERSIDADE SOMOS NÓS”: A GESTÃO DE DELZA GITAÍ, PRIMEIRA REITORA DA UFAL, 1987-1991

Giovanni Torres Apratto Lopes

DOI 10.22533/at.ed.2732003115

CAPÍTULO 6..... 64

PROJETO SOCIAL VIVAVÔLEI MARCELLE/UFLA – 2019: ATUANDO NO

DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO DAS CRIANÇAS DA COMUNIDADE DE LAVRAS/MG

Joice Benedita Silva
Amanda Siqueira de Castro
Camila Mariana de Lima
Gustavo Belarmino da Costa
Vinícius Manoel Cândido Neves
Marcelo de Castro Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.2732003116

CAPÍTULO 7..... 73

HABITUS PROFESSORAL E ALTERIDADE NA TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA SÁ ROSA

Gustavo Henrique Gonçalves Maria

DOI 10.22533/at.ed.2732003117

CAPÍTULO 8..... 83

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Antônio Carlos Pereira dos Santos Junior
Maria Aparecida da Silva
Maria do Horto Salles Tiellet

DOI 10.22533/at.ed.2732003118

CAPÍTULO 9..... 98

EDUCANDO PARA SAÚDE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ATRAVÉS DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

Andréia Farias de Jesus
Cassio Murilo Lima do Carmo
Tatiane dos Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.2732003119

CAPÍTULO 10..... 102

APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO, OU COMPETÊNCIAS? CURRÍCULOS OFICIAIS EM ANÁLISE (2010 E 2017)

Natália Rubert Wolff Camy
Fabiany de Cássia Tavares Silva

DOI 10.22533/at.ed.27320031110

CAPÍTULO 11..... 114

INICIAÇÃO CIENTÍFICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRAJETÓRIAS ESCOLARES

Shirley de Lima Ferreira Arantes
Diego Alves Simão
Petúnia Caroline de Sousa
Bruno Otávio Arantes

DOI 10.22533/at.ed.27320031111

CAPÍTULO 12.....	126
COMO O CÉREBRO APRENDE?	
Beatriz Cassol	
Cristiane Beatriz Dahmer Couto	
Viktória Eduarda Canas de Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031112	
CAPÍTULO 13.....	131
PERTINÊNCIAS DE UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E CLÍNICA PSICANALÍTICA: UMA EXPERIÊNCIA	
Sílvio Memento Machado	
DOI 10.22533/at.ed.27320031113	
CAPÍTULO 14.....	142
CURSOS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO INOVADOR	
Ana Augusta da Silva Campos	
Maria Fabiana Braz Laurentino	
Jacinta de Fátima Martins Malala	
José Orlando Costa Nunes	
Vagner Miranda de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.27320031114	
CAPÍTULO 15.....	148
NO CAMINO DOS GRADUADOS	
Vivian Aurelia Minnaard	
Guillermina Riba	
Mercedes Zocchi	
DOI 10.22533/at.ed.27320031115	
CAPÍTULO 16.....	155
CRECHE E PRODUÇÕES DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS	
Aida Brandão Leal	
Bruna Ceruti Quintanilha	
DOI 10.22533/at.ed.27320031116	
CAPÍTULO 17.....	171
POR UMA EDUCAÇÃO CRIATIVA: A ESCOLA COMO AMBIENTE FAVORÁVEL À CRIATIVIDADE	
Ulisses Pereira de Carvalho	
Ciro Inácio Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.27320031117	
CAPÍTULO 18.....	181
“A RAINHA DESTRONADA: MÃE PARALÍTICA NO TEATRO DAS URNAS”	
Alisson Santos Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.27320031118	

CAPÍTULO 19	194
JOVENS “BALADEIROS” E “ESTUDIOSOS”: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE HÁBITOS CULTURAIS E TRAJETÓRIA ESCOLAR	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
Marcio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.27320031119	
CAPÍTULO 20	209
FORMAÇÃO DOCENTE – REPENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Crisitiane de Almeida Santos	
DOI 10.22533/at.ed.27320031120	
CAPÍTULO 21	226
ESCREVER, PARA QUÊ?	
Francisca Edvania Tavares	
Francisca Moreira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.27320031121	
CAPÍTULO 22	233
REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM 2017: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA	
Verônica Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031122	
CAPÍTULO 23	246
O TESTE CLOZE COMO INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO EM COMPREENSÃO LEITORA NO NÍVEL MICROTTEXTUAL	
Vanessa de Oliveira Silva Ferraz Cabral	
Maria Inez Matoso Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.27320031123	
CAPÍTULO 24	258
A POESIA NA SALA DE AULA: POESIA E LIRISMO EM VERA ROMARIZ	
Camila Maria Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.27320031124	
CAPÍTULO 25	265
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR SOBRE O CONCEITO <i>STORYTELLING</i> COMO PARTE DE PESQUISA EM IMPROVISACÃO MUSICAL	
Rafael Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.27320031125	
CAPÍTULO 26	276
PERCEPÇÃO E CONHECIMENTO MUSICAL	
Tiago Vidal Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.27320031126	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	287
ÍNDICE REMISSIVO.....	288

CAPÍTULO 10

APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO, OU COMPETÊNCIAS? CURRÍCULOS OFICIAIS EM ANÁLISE (2010 E 2017)

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Natália Rubert Wolff Camy

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
FAED/UFMS
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/3219426152555729>

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
FAED/UFMS
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2155039635962400>

RESUMO: Este texto parte dos estudos, em desenvolvimento, realizados no Mestrado em Educação, ancorados no Programa de Pesquisa do Observatório de Cultura Escolar, que incursiona pelo pressuposto de que, nos últimos anos, documentos curriculares oficiais (Parâmetros, Diretrizes e Base) têm guiado as discussões a respeito da educação brasileira, com o intuito do alcance da qualidade, por meio da homogeneização dos saberes. O objetivo que orienta este estudo, nos limites aqui impostos, estabelece-se pela compreensão da importância dos conceitos de aprendizagem e avaliação para a educação como um todo e como se fazem presentes nesses documentos. Para tanto, utiliza-se de análise bibliográfica e documental, esta última tomando como fontes e objetos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010) e a Base Nacional

Comum Curricular (2017). Orienta-se pela hipótese de que o conceito de competência vem secundarizando os conceitos de aprendizagem e avaliação, perseguindo a lógica da inovação. Os resultados alcançados delineiam a perspectiva de que os conceitos de aprendizagem e avaliação dão lugar às competências.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Aprendizagem, Avaliação, Competências, Ensino Fundamental.

LEARNING AND EVALUATION, OR COMPETENCES? OFFICIAL CURRICULA UNDER ANALYSIS (2010 AND 2017)

ABSTRACT: This text is part of the studies, under development, carried out in the Master in Education, anchored in the Research Program of the School Culture Observatory, which assumes that, in recent years, official curriculum documents (Parameters, Guidelines and Base) have guided the discussions about Brazilian education, with the aim of achieving quality, through the homogenization of knowledge. The objective that guides this study, within the limits imposed here, is established by understanding the importance of the concepts of learning and assessment for education as a whole and how they are present in these documents. For this purpose, bibliographic and documentary analysis is used, the latter taking as sources and objects the National Curriculum Guidelines for Basic Education (2010) and the Common National Curricular Base (2017). It is guided by the hypothesis that the concept of competence has been secondary to the concepts of learning and evaluation, pursuing the logic of innovation. The results achieved outline the perspective that the

concepts of learning and assessment give way to competences.

KEYWORDS: Curriculum, Learning, Assessment, Competences, Elementary School.

1 | INTRODUÇÃO

Documentos curriculares oficiais são apresentados e assumem um caráter de prescrição, delineados por determinações fundantes para os objetivos, a avaliação e os direcionamentos didáticos para a sua operação. Entendemos os documentos curriculares como parâmetros, referenciais, diretrizes e/ou programas com caráter de formação escolar, isto é, com objetivos educativos explícitos e ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática.

Desse modo, o currículo, que toma forma nos documentos curriculares e constitui-se em um dos conceitos centrais deste trabalho, pode ser compreendido como

[...] de um lado, projetos com itinerários de formação, projetos culturais com identidades no tempo histórico e no espaço social da sua construção; projetos ideológicos que ocorrem no contexto de uma dada organização; e por outro, ligado à distribuição de conhecimento, a partir da operação da lógica de escolarização e escolaridade (im) posta pela sociedade, para a qual a escola é um lugar privilegiado. (Pacheco, 2005, p. 8).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF) e, sobretudo, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a organização e a publicação de documentos curriculares atendem aos seguintes dispositivos:

Art. 210 da CF faz referência aos conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, assegurando uma formação básica comum.

Art. 26 da LDBEN menciona que os currículos de todos os níveis da Educação Básica devem ter uma base nacional comum.

Tendo em vista esses dispositivos, os parâmetros, as diretrizes, os referenciais e outros documentos curriculares foram homologados e publicados. Contudo, nos limites do que nos propomos a realizar, analisamos as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, homologada em 2010 e a posterior Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de dezembro de 2017. São, ambos, documentos complementares e não excludentes, uma vez que as DCNEB oferecem a estrutura a ser seguida na elaboração curricular, enquanto a BNCC preenche os currículos com a noção de como os alunos devem aprender e desenvolver-se ano a ano.

Não obstante, a *competência* ganha centralidade neste último documento curricular, enquanto que os conceitos de aprendizagem e avaliação parecem se perder.

De acordo com Perrenoud (2000, p. 15, grifo do autor), o conceito de competência designa a “[...] *capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações*”. Mas, para alcançá-la, é preciso saber que

[...] a tomada de decisão (expressar conflitos, oposições), a mobilização de recursos (afectivos e cognitivos) e o saber agir (saber dizer, saber fazer, saber explicar, saber compreender) são as características principais da competência. Estas características permitem entender este conceito como uma forma de controlar (simbolicamente) as situações da vida. (DIAS, 2010, p. 75).

Trabalhamos, neste texto, com a procura pela resposta a tal questionamento, isto é, o conceito de competência como conteúdo dos conceitos de aprendizagem e avaliação, propondo-se condutor da compreensão dos princípios de democracia, de cidadania, de equidade e de qualidade. Para tanto, traçamos um caminho de análise sobre os conceitos de aprendizagem e avaliação apresentados na BNCC (2017), ancorados no debate delineado bibliograficamente, bem como aproximando-nos da etapa de ensino fundamental como território de recontextualização desse debate.

2 | OBJETIVOS

Identificar e analisar os conceitos de aprendizagem e avaliação nos documentos curriculares, bem como apontar indícios de significação assumidos na proposição do conceito de competência.

3 | METODOLOGIA

Estruturamos, para aprofundarmos o debate curricular proposto, aproximações à teoria crítica do currículo, com a perspectiva de problematizar a legitimidade/justificação da seleção de conhecimentos e saberes em detrimento de outros, considerados não válidos ou menos importantes ao longo da história. Atualizamos e tecemos diálogos específicos com os conceitos de aprendizagem, avaliação e competência presentes nas DCNEB (2010) e na BNCC (2017), na tentativa de responder ao questionamento registrado. Tal escolha deve-se ao fato de que são estes os últimos documentos curriculares publicados com a incumbência de nortear, dar forma e conduzir as reformas educativas almejadas para o país.

A análise se dá a partir das técnicas da pesquisa qualitativa, consistindo em: *Levantamento, seleção e análise bibliográfica* – livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, dissertações e teses que incorrem no estudo das temáticas da análise

proposta, isto é, currículo, aprendizagem, avaliação e competências; *Levantamento, seleção e análise documental* – Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010); e RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

4 | RESULTADOS

4.1 Aprendizagem e avaliação como conteúdos do debate curricular (2010 e 2017)

Para aprender, sabemos, de modo experiencial, que se faz necessário mais do que apenas ter acesso a informações cotidianas e/ou científicas. Maia (2014, p. 13) explica que “aprender representa uma mistura complexa de diversos elementos: pedagógicos, emocionais, culturais e biológicos” e que, ao se integrarem todos esses aspectos de forma harmônica, as aprendizagens podem verdadeiramente ser constituídas. Em concordância, o neurocientista Mora (2017) aponta que aprender deve envolver, também, a empatia entre os agentes em educação, o envolvimento emocional com o objeto estudado, a curiosidade que desperte o interesse nos alunos, a atenção e as interações com o meio em geral.

Entretanto, a despeito dos elementos essenciais anteriormente mencionados, Sampaio (1998) esclarece que existe, na atualidade, um modelo bastante mecanicista de educação que, mesmo sem impedir a aprendizagem dos conteúdos, não possibilita muito mais do que o seu entendimento, fixação e memorização, isto é, aquele desempenho satisfatório exigido nas avaliações. Segundo esse modelo, as apropriações dão-se durante a exercitação, através das repetições, memorizações e mecanizações, “[...] então, a aprendizagem se explicaria por adestramento e o treino é que tornaria possível reter conteúdos e adquirir hábitos de estudo e atenção” (p. 84).

Com isso, ainda de acordo com Sampaio, criam-se dois alertas iniciais. O primeiro, com relação à formulação dos currículos que, com a finalidade de atender à amplitude de alunos, acaba por relegar a aprendizagem a um segundo plano; o segundo, para o ato comumente observado de tomar ensino e aprendizagem como processos coincidentes e da mesma natureza, dado que aprender vai além de acumular e encadear significados.

Assim, o currículo apenas define, para o professor, como ele deve ensinar, mas não como deve levar os alunos a aprender, tornando-o ‘aquele que explica, treina e avalia’ enquanto o aluno ‘ouve, repete e devolve’, aperfeiçoando o que recebeu sem que ninguém lhe diga como. Confia-se, antes, que esse processo

ocorre por desenvolvimento natural ou por aquisições externas por parte do aluno. Consequentemente, o panorama da exclusão seletiva facilmente se delineia, uma vez que afasta aqueles que não possuem recursos culturais acrescidos e marginaliza aqueles que dependem unicamente da escola para aprender e adquirir conhecimentos.

Diante disso, compreendemos o papel que a avaliação tem cumprido no debate curricular, isto é, a busca pela devolução do que deve ter sido aprendido por parte do aluno, mas que quiçá tenha sido apenas decorado, por um processo de repetição e, dessa forma, mantido como “memória de trabalho”. Esse conceito, elaborado por Mora (2017, p. 105), alude-se à mera manipulação temporal de informações, que permite fisgar conceitos para torná-los pensamento, mas sem que, efetivamente, se concretize o aprendizado.

Ademais, para Luckesi (2005), a avaliação educativa não deve julgar a prática de forma estratificada, quer dizer, como se houvesse um ponto decisivo de chegada. O objeto da avaliação – a aprendizagem – é dinâmico. Com avaliações definitivas, não há uma maneira de retornar à prática para lhe dar continuidade.

No que tange aos documentos curriculares aqui trazidos para discussão, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), apresentam a aprendizagem mediada pela interdisciplinaridade, o que facilita a transversalidade de temas por meio de redes de conhecimentos. Declaram que os recursos midiáticos devem entremear todas as atividades da aprendizagem, levando à interação de dois âmbitos: o que serve como base nacional comum (organizada por áreas do conhecimento, disciplinas e eixos temáticos) e a parte diversificada (que engloba as particularidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar). Explicam, ainda, que a aprendizagem não implica apenas o desenvolvimento de conhecimentos, mas, ainda, de “habilidades, valores e práticas” (2013, p. 34) e que é tarefa da escola e do professor criar situações que provoquem o desejo de “pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva” (2013, p. 39).

Dois tipos de avaliação destacam-se: a *de nível operacional* (cuja referência é o conjunto de habilidades, conhecimentos, princípios e valores projetados pelo e para o educando, conforme os valores definidos para a Educação Básica em cada uma de suas etapas); e a *avaliação de nível institucional interna* (para a revisão anual do conjunto de objetivos e metas estipulados) e *externa* (realizada periodicamente por órgãos externos à escola, que sinalizam para a sociedade se a escola possui qualidade suficiente para dar prosseguimento ao seu funcionamento).

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, as Diretrizes ressaltam que, de acordo com as recomendações do CNE, deve revestir-se de um caráter formativo

– de progresso individual – que predomine sobre o quantitativo e o classificatório. “A esse respeito é preciso adotar uma estratégia de progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar” (DCNEB, 2013, p. 52).

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (2017) insere as discussões de aprendizagem e avaliação sob outra perspectiva, isto é, como ‘competência’. De acordo com o seu corpo textual, a BNCC “[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (p. 7, grifo do documento). A seguir, expõe que “[...] as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais**, que consubstanciam [...] os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (*idem*, p. 8, grifo do documento).

Inferimos, a partir desses excertos, que as aprendizagens essenciais requeridas para as crianças brasileiras estão subjugadas ao novo conceito de competência e pelas próprias competências citadas como aspirações.

Quanto à avaliação, o documento expõe que, “[...] considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos” (BNCC, 2017, p. 16), deve-se

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BNCC, 2017, p. 17).

Por sua vez:

Compete ainda à União [...] promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à **avaliação**, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (*idem*, p. 21, grifo nosso).

A BNCC, então, direciona os currículos ao cumprimento dos marcos propostos para a educação nacional e, para mensurar o andamento e o cumprimento desses objetivos, realiza avaliações de larga escala. Dessa forma, viabiliza-se a mensuração da qualidade educacional das redes de ensino e dos educandos por meio do estabelecimento de provas constantes que visem a avaliar os conhecimentos e as habilidades dos alunos. Ademais, essa mensuração favorece o entendimento claro, aos gestores, educadores e a todos os cidadãos em geral, o favorável ou desfavorável andamento das unidades educativas, incentivando a adequação contínua por escolas de melhor qualidade.

Gesqui (2015, p. 235) explica essa questão:

“Transformar” o conceito de qualidade educacional em uma variável observável e passível de mensuração, ou seja, em indicadores que permitam ao leigo estabelecer a relação direta de que quanto maior o valor absoluto de indicador maior qualidade ele representa foi a solução encontrada.

No entanto, de acordo com o mesmo autor, “um dos maiores desafios para a atual escola pública [...] reside no fato de [...] busca exacerbada pelo cumprimento de metas estatísticas anualmente propostas” (GESQUI, 2015, p. 243). Eis, pois, um importante cuidado que se deve ter como instituição e seus colaboradores: não tomar o resultado por objetivo, mas dar-lhe as devidas dimensões, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos educacionais maiores, isto é, distribuir conhecimentos científicos, transformando-os em saberes consolidados e factíveis.

4.2 Aprendizagem e avaliação como conteúdos das competências

Iniciamos esta seção a partir de uma argumentação necessária para incursionar pelo conceito de competência como conteúdo dos conceitos de aprendizagem e avaliação no debate curricular, conceito esse considerado útil e definido desde o Relatório Jacques Delors (1998):

Definindo as competências cognitivas e afetivas que devem ser desenvolvidas, assim como o corpo de conhecimentos essenciais que devem ser transmitidos pela educação básica, os especialistas em educação podem fazer com que todas as crianças, tanto nos países em desenvolvimento como nos países industrializados, adquiram um mínimo de competências sobre os principais domínios das aptidões cognitivas. É esta a concepção adotada na Conferência de Jomtien: Toda a pessoa — criança, adolescente ou adulto — deve poder beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender. (Artigo I — I) (Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Quadro de Ação para Responder às Necessidades Educativas Fundamentais, 1990). (DELORS, 1998, p. 126).

As competências, desse modo, estão propostas/pensadas para modelar os sujeitos, a fim de torná-los aptos a participar ativamente da vida em sociedade. Contudo, partimos do princípio de que tal aptidão começa a ser desenvolvida durante a educação fundamental, uma vez que abraça os anos promissores da vida dos sujeitos, entre a primeira fase da infância e antes do ingresso no mercado de

trabalho.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2017, p. 8).

Por sua construção em torno de objetivos, dos conteúdos a serem desenvolvidos ou mesmo das práticas de sua distribuição, a BNCC dedica-se ao trabalho que os professores devem desenvolver para ensinar, considerando-se os meios que podem ser utilizados para promover as aprendizagens essenciais e formar indivíduos competentes.

Pouco mais é especificado além de que, “ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados” (BNCC, 2017, p. 11). Porém, de fato, o que isso esclarece aos profissionais de cada unidade educativa do Brasil, que deverão elaborar os seus próprios documentos curriculares? O que isso clarifica aos docentes que embasarão as suas práticas no conceito de competência?

Perrenoud (2000) elucida a situação, justificando:

Quando a escola se preocupa em formar competências, em geral dá prioridade a recursos. De qualquer modo, a escola se preocupa mais com ingredientes de certas competências, e bem menos em colocá-las em sinergia nas situações complexas. [...] Quando se faz referência à vida, apresenta-se um lado muito global: aprende-se para se tornar um cidadão, para se virar na vida, ter um bom trabalho, cuidar da sua saúde. [...] Os alunos acumulam saberes, passam nos exames, mas não conseguem mobilizar o que aprenderam em situações reais, no trabalho e fora dele (família, cidade, lazer etc.) (p. 19 *apud* COAN, p. 7).

Naturalmente, essa condição contribui significativamente para a manutenção das desigualdades sociais. O mesmo autor considera que desenvolver competências

[...] requer o trabalho a partir de problemas e projetos capazes de oportunizar aos alunos a mobilização dos próprios conhecimentos no sentido de complementá-los. Caso contrário, os professores “não desenvolverão competências se não se perceberem como organizadores de situações didáticas e de atividades que têm sentido para os alunos, envolvendo-os, e, ao mesmo tempo, gerando aprendizagens fundamentais.” (p. 30, *apud* COAN, p. 11).

Mesclar os aprendizados e as práticas mostra-se um passo fundamental para concretizar os saberes. De fato, os quatro pilares fundamentais da educação postos pelo Relatório Jacques Delors (2010) são: aprender a conhecer, aprender

a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, buscando uma formação integral dos indivíduos. Mas o que fazer quando as competências gerais postas pela BNCC concedem mais importância a dois desses pilares, em detrimento dos outros? Como alcançar o equilíbrio?

Dentre as competências gerais estabelecidas como objetivos predominam, por meio dos principais verbos de ação utilizados, os pilares do ‘aprender a fazer’ (utilizar, exercitar, investigar, criar, fruir, argumentar, exercitar, agir) e do ‘aprender a ser’ (valorizar, compreender, conhecer-se, apreciar-se, cuidar[-se]). O pilar do ‘aprender a conviver’ possui apenas um verbo que o representa (participar), enquanto que o pilar do ‘aprender a saber’ carece de qualquer verbo que lhe corresponda. Englobados nesses verbos estão todas as dez competências delineadas pela BNCC para os educandos. Pois bem, onde se encontra o ‘aprender a conhecer’? A prática não pode subentender e/ou suplantam a teoria e esta última parece ter sido esquecida na construção de competências da BNCC.

Outro ponto ainda merece destaque no texto da base. A BNCC rememora que “[...] o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7)” (BNCC, 2017, p. 12). Pois bem, a aprendizagem é posta, então, como estratégia para a qualidade educacional, mas o que viria a ser essa qualidade almejada? Segundo Oliveira (2006),

[...] nem a atual Constituição Federal estabelece o que consistiria ou quais elementos integrariam o padrão de qualidade do ensino brasileiro, ou seja, como afirmar se ele está presente ou não, ou ao menos mensurá-lo, se não temos claro o que é ensino de qualidade? (*apud* GESQUI, 2015, p. 236).

Deste modo, a questão qualitativa da educação reside não apenas em si mesma, mas na complexidade e diversidade de realidades presentes no território brasileiro. A BNCC reconhece, em seu texto, essa diversidade cultural e as amplas desigualdades sociais. Diante disso, assevera:

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, por tanto, a **igualdade** educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. [...] São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. [...] Para isso, o sistema e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na **equidade**, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BNCC, 2017, p. 15, grifo do autor).

Esse conjunto de ideias admite, portanto, que os sistemas e as redes escolares dos estados e municípios, que devem construir seus próprios currículos, bem como as propostas pedagógicas elaboradas pelas instituições escolares, devem preparar seus documentos a partir da noção, não explicitada, de qualidade educacional, mas adequando-se às particularidades regionais e considerando a diversidade e a desigualdade entre os grupos de estudantes, por meio da equidade. Como viabilizar isso? Ademais, devem orientar suas práticas, a fim de proporcionar a apropriação das competências gerais delineadas pelo documento da base, propiciando a articulação e a integração dos quatro pilares da educação de forma equilibrada, mesmo que a própria BNCC não reflita tal equilíbrio. Tudo isso, respondendo satisfatoriamente às demandas constantes das avaliações externas de larga escala. Trata-se de um trabalho extremamente complexo e exigente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelam uma descontinuidade nos conceitos de aprendizagem e avaliação, quando se analisa o último documento curricular homologado, a BNCC. Nossa análise evidenciou que, em detrimento dos conceitos de aprendizagem e avaliação, o conceito de competência ganhou centralidade e destacou-se como ideário a ser seguido na educação brasileira. No entanto, essa competência perde-se nos quatro pilares básicos da educação e deixa questionamentos quanto à qualidade que preconiza.

Compreendendo que todo documento curricular não pode estar dissociado da cultura em que se insere e que, por isso, expõe propostas condizentes com a sociedade presente e anelada, percebemos que os conceitos de aprendizagem e avaliação são necessários para guiar a prática docente.

A noção de competência, sob nosso ponto de vista, foi empregada a tempo de construir uma educação que se mostre útil aos indivíduos para enfrentar os problemas e desafios da sua vida cotidiana atual e futura. Contudo, a forma como foi abordada não ampara devidamente a sua implementação. Trata-se de um motivo adicional para que o conceito não seja tomado por substituto dos conceitos de ensino, aprendizagem e avaliação.

Notamos a tentativa de alcançar padrões de qualidade aliados à busca por alcançar competências gerais que permitam aos educandos melhor desenvolvimento em suas vidas. Porém, descuida-se do equilíbrio entre os quatro pilares básicos da educação.

Por fim, há a proposta de conceder, aos sistemas e redes de ensino, ampla autonomia para decidir e construir seus currículos e práticas, bem como atender às múltiplas diversidades, singularidades e diferenças existentes na realidade escolar,

quando nem sempre estão inteiramente preparados para tal tarefa. Sem mais, pontuamos que, embora crítico, não houve a pretensão de dar a este artigo um viés unicamente de críticas, mas ponderações desse tipo fizeram-se necessárias.

Consideramos, assim, que a BNCC, mesmo com o intuito de construir bases sólidas e comuns à educação básica nacional (educação infantil e ensino fundamental), evidencia lacunas em sua estrutura textual, que dificultam e prejudicam a sua compreensão global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** Brasília: MEC/ CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

COAN, I. B. **Construção de competências:** o desafio do ensino fundamental na articulação entre teoria e prática. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2007/Ivonete%20Benedet%20Fernandes%20Coan.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

DELORS, J. **Educação:** Um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1998.

DIAS, I. S. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 73–78, jan./jun., 2010.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC/ SEB/DICEI, 2013.

DOURADO, L. F. e OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201–215, maio/ago. 2009.

GESQUI, L. C. O estreitamento curricular em função dos resultados das avaliações externas em larga escala. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 20, p. 229–245, set./dez. 2015.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAIA, H. (Org.) et al. **Neuroeducação e ações pedagógicas.** Coleção Neuroeducação – volume 4. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

MORA, F. **Neuroeducación:** solo se puede aprender aquello que se ama. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação**. Porto: Porto Editora, 2005.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2000.

SAMPAIO, M. das M. F. **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar**. São Paulo: EDUC, 1998.

SILVA, M. R. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81

Análise dialógica do discurso 10, 11, 12, 233

Aprendizado 5, 25, 48, 70, 73, 106, 126, 127, 129, 173, 187, 220, 285

Aprendizagem 2, 5, 6, 11, 13, 15, 21, 24, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 67, 69, 71, 72, 80, 84, 87, 88, 92, 93, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 116, 118, 121, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 140, 163, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 211, 213, 214, 218, 224, 225, 227, 230, 231, 246, 256

Atividade física 98, 99, 100

Autonomia universitária 59

AVA 42

Avaliação 17, 19, 20, 22, 24, 42, 45, 46, 53, 54, 57, 72, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 149, 174, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 222, 223, 225, 230, 233, 238, 246, 248, 257, 285

Avaliação da aprendizagem 106, 112, 246

B

Biografia 19, 20, 27, 59, 63

C

Capacitação 86, 142, 143, 144, 152, 227

Cérebro 126, 127, 129, 130

CITECS 142, 143, 144, 145, 147

Cognitivo 23, 25, 126, 128, 129, 130, 215, 277

Competências 5, 45, 84, 85, 92, 96, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 124, 129, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 226, 228, 229, 230, 234, 237, 238, 240

Compreensão de leitura 246

Conhecimento 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 58, 71, 74, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 95, 103, 106, 117, 118, 119, 120, 122, 129, 133, 134, 140, 143, 147, 153, 161, 168, 178, 187, 193, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 227, 231, 234, 238, 241, 251, 256, 271, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286

Coordenação pedagógica 38, 39, 47, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 176, 228

Criatividade 6, 24, 99, 146, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 210, 218, 226

Currículo 4, 13, 29, 44, 57, 78, 83, 86, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 113, 137, 171, 177

D

Desenvolvimento 5, 6, 11, 14, 17, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 35, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 52, 53, 55, 56, 57, 62, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 106, 107, 108, 109, 111, 117, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 134, 137, 139, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 155, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 213, 216, 222, 226, 227, 230, 231, 243, 246, 247, 253, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 279, 287

Dialogismo 233, 234, 238, 259

E

Educação básica 4, 10, 31, 40, 42, 47, 55, 88, 89, 90, 94, 95, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 170, 187, 232, 240, 243, 287

Educação científica 95, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125

Educação criativa 171

Educação de jovens e adultos 28, 29, 34, 40, 41, 97

Educação democrática 1, 163

Educação do campo 98, 100, 158

Educação Infantil 44, 46, 47, 56, 57, 112, 130, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 167, 168, 170

Educação infantil do campo 155, 158, 161, 170

Educação musical 276, 285

Educação profissional 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97

Empreendedores 86, 142, 143, 144, 145, 147

Ensino fundamental 9, 27, 44, 46, 47, 56, 84, 88, 90, 95, 100, 102, 103, 104, 112, 117, 125, 130, 163, 177, 179, 180, 209, 211, 222, 246, 247, 257

Ensino médio integrado 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 95, 96

Escrita 12, 17, 20, 24, 26, 78, 108, 118, 120, 121, 124, 127, 132, 139, 149, 159, 177, 178, 210, 213, 217, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 235, 236, 237, 239, 248, 250, 256, 258, 259, 286

Especialização 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 151

F

Formação continuada 27, 28, 29, 31, 32, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 92, 93, 96, 136, 139

Formação de gestores 28, 91

Formação de professores 42, 44, 53, 57, 58, 73, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 114, 116, 117, 125, 224, 287

G

Gênero discursivo 233, 234, 236, 237

Gestão democrática 28, 29

H

Hábitos culturais 194, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 208

Habitus professoral 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82

Hegemonias 1, 2

História da educação 73

I

Improvisação 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274

Inclusão social 65, 71, 118, 119, 177

Iniciação científica 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 134

J

Jazz 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275

Jovens estudantes 194, 195, 198, 199, 205, 206, 207, 208

L

Leitura 11, 17, 20, 21, 22, 36, 55, 77, 108, 121, 127, 149, 159, 177, 198, 199, 206, 207, 216, 219, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 239, 240, 243, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 256, 257, 264

Lirismo 258, 262, 263

Literatura Alagoana 258, 259

M

Música popular improvisada 265, 274, 275

O

Oficinas 50, 80, 226, 228, 230

P

Pedagogia da autonomia 1, 5, 8

Pedagogia histórico-crítica 10, 11, 12, 27

Percepção 6, 18, 20, 21, 25, 66, 68, 100, 114, 122, 123, 124, 125, 149, 173, 193, 197, 220, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 286

Performance 115, 246, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 274

Poesia 24, 216, 258, 259, 260, 264

Prática esportiva 64, 65, 67, 68, 71

Práticas escolares 1, 8, 44

Práticas pedagógicas 3, 4, 42, 44, 58, 78, 169, 171, 173, 175, 176, 177, 178

Processo criativo 171, 172, 173, 176, 177

Produção textual 227, 228, 230, 231, 233, 234, 237, 244, 245, 256

Psicanálise 131, 132, 135, 136, 137, 139, 141

R

Redemocratização 59, 60

Reescrita 24, 226, 228, 231

S

Saúde 33, 41, 62, 68, 98, 99, 100, 101, 109, 116, 124, 132, 135, 136, 139, 152, 162, 213, 214, 272

Storytelling 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

T

Teste *cloze* 246, 248, 249, 254, 257

TIC 42, 43, 44, 45, 55, 57

Trajetórias escolares 114

V

Vínculos sociais 155

Voleibol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 